

O sindicalismo docente e a nova história política

RICARDO PIRES DE PAULA*

O sindicalismo docente vem se tornando um objeto de pesquisa cada vez mais recorrente nas diferentes áreas de conhecimento. Embora a sindicalização de professores na esfera privada seja permitida desde os anos 30, para aqueles que atuam no serviço público somente depois da Constituição de 1988 é que foi conquistado esse direito. Mesmo com esse impedimento legal, diversas entidades representativas de professores do ensino público vem viabilizando lutas e empreendendo campanhas que resultaram em conquistas para a categoria. Perceber suas origens e as transformações vivenciadas ao longo de sua trajetória tem sido algumas das preocupações dos pesquisadores, tendo como resultado novos olhares acerca da história desses profissionais.

Pretendemos apresentar alguns apontamentos acerca dos estudos sobre sindicalismo docente e seus desdobramentos no âmbito da renovação da história política.

A História política: ontem e hoje

A história política foi considerada, por algum tempo, como modelo a ser abolido do quadro de possibilidades de abordagens oferecidas do historiador. Este desprezo ocorreu, em parte, com o advento da renovação da história com os Annales, a partir de 1929. A história política era vista, por eles, como herdeira de um modelo tradicional e ultrapassado, cheio de ingenuidades, para não falar insuficiências no tocante às contribuições que poderiam ser dadas para o entendimento das relações sociais em uma dada sociedade em algum momento do passado.

Segundo Remond, a história dos Annales objetivava

* Professor assistente doutor na FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP.

ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, considerando, desta forma, as estruturas em vez dos acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude... Ela, a história tradicional, só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais (...) era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita fatural ou événementielle, ou seja, ficava na superfície das coisas e esquecia de vincular os acontecimentos às suas causas profundas.(REMOND, 1996:16)

Os Annales propuseram um modelo em que, supostamente, o acontecimento cederia lugar à estrutura, os assuntos políticos seriam preteridos pelas análises sócio-econômicas e os grupos sociais ocupariam o lugar dos grandes personagens (reis, ministros, generais). Ou seja, fazer história significaria abandonar as práticas daquele modelo que foi convencionalmente denominado de tradicional

Jacques Julliard (1976: 180), sintetizando as principais críticas endereçadas à história política associada à história tradicional escreveu que ela “ignoraria a sociedade global e as massas que a compõe” por seu estilo narrativo, assim como por sua análise restrita das fontes oficiais.

Segundo Remond, a aspereza das críticas refere-se ao fato de as gerações mais novas terem de se definir em oposição às gerações anteriores, levando-os a radicalizar em seus discursos a fim de se auto-afirmarem.

Fatural, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Estava portanto escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. (REMOND, 1996: 18)

Desta forma, dois eram os caminhos a ser seguidos pela história política: estaria fadada ao seu progressivo desaparecimento ou a passar por um processo de renovação que se adequasse aos novos parâmetros estabelecidos pelo discurso historiográfico hegemônico.

Após um período em que ficou relegada a um segundo plano e, apesar das incessantes acusações feitas pelos Annales, a história política começou a dar mostras de uma recuperação no cenário acadêmico, a partir da década de 70.

Aproveitando-se dos contatos interdisciplinares com a política, a antropologia, a lingüística e a psicanálise, a história política iniciou um processo de renovação tanto em seu método quanto em suas abordagens. O *estudo do político*, a partir das reflexões de autores como Remond, Julliard, Mommsen, Le Goff e outros, passou a se ater mais na compreensão não apenas da política em seu sentido tradicional mas sim, "no nível das representações sociais ou coletivas, dos imaginários sociais, da memória ou memórias coletivas, das mentalidades, bem como das diversas práticas discursivas associadas ao poder". Isto quer dizer que os temas tradicionais da política (guerras, biografias entre outros) não foram descartados, mas sim abordados pela renovada história política sob novas perspectivas. (FALCON, 1997, 76)

De acordo com Remond, a história política seria renovada pelo diálogo interdisciplinar, no qual "a umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa, de tratamento e a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática, resultando em novas análises e abordagens dos processos históricos". (REMOND, 1996: 29)

Diante desse processo de renovação, vislumbra-se uma história política que deixa de privilegiar apenas o acontecimento por ele mesmo para analisar a dialética entre ele e a estrutura, a curta e a longa duração; no qual o racional dialoga com o irracional, o imaginário com o inconsciente; a história deixa de se restringir ao estudo de um personagem descontextualizado, e passa a enfatizar a apreensão dos desejos, dos sonhos, das lutas pelo poder sob forma de símbolos e ritos, de determinados grupos sociais em determinado espaço e período da história.

Sobre o contexto em que se deu a renovação Remond destaca que a experiência das guerras e as crises que afetaram a economia liberal, obrigando uma maior intervenção do Estado, foram decisivos no processo que fez com que o político fosse visto como um campo, ao mesmo tempo, autônomo em relação aos outros componentes da realidade social, mas integrado e dependente desses componentes. Para Remond (1996: 24), "à medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a

saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história”.

Além dessa crescente politização com a ampliação do domínio do Estado e o sentimento de participar de decisões que afetam a coletividade decorrente da democracia, é possível mencionar também como um dos fatores que influenciaram na "volta" da história política, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação, provocando uma irrupção dos acontecimentos sem precedentes.

... o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação e de informação torna imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes uma repercussão pública, uma singularidade(...) Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade; o conhecimento imediato do acontecimento modifica radicalmente a sua natureza, quando não cria todas as peças... (JULLIARD, 1976: 183-184)

Embora essa politização tenha se acentuado com a massificação da informação, a história política que ora se apresenta, segundo Maria Helena Capelato (1998: 25-26), diferencia-se das anteriores na medida em que coloca o “estudo do poder no centro da nova problemática”, tal ênfase afasta-se dos estudos feitos, anteriormente, que visavam explicar a história pelas teorias do Estado. Ela se desenvolve no intuito de “interpretar o poder por outros prismas” e por meio do reconhecimento de “outras formas políticas”, atentando, dessa forma, para novos temas de pesquisa relacionados à “cultura política e/ou à história das representações políticas constituídas por imagens, símbolos, mitos e utopias”. Conceitos como imaginário social e representações tem sido utilizado por historiadores que buscam compreender as relações de poder estabelecidas em contextos diferenciados.

Imaginário social, segundo Pierre Ansart (1978: 21-22), constitui “um conjunto coordenado de representações”, com o qual todas as sociedades se reproduzem, e autodesignam a si mesmas por meio da distribuição de identidades e dos papéis a serem desempenhados tanto coletivamente quanto individualmente, fixando, simbolicamente, suas normas e seus valores e expressando as necessidades coletivas e os fins a alcançar.

Para delimitar identidades coletivas é preciso pensar a realidade que as rodeiam, oferecendo uma leitura a respeito da mesma para que os indivíduos sejam vistos fazendo parte de uma coletividade. Tal processo leva ao conceito de representação

formulado por Roger Chartier, que o entende como o modo pelo qual uma realidade social é construída, pensada e dada a ler por um grupo social no intuito de fazer valer os seus valores e os seus interesses.

As representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988: 17)

Desta forma, as representações sociais têm contribuído para a renovação dos estudos no campo da história política, possibilitando uma abordagem diferente da que era utilizada anteriormente, na qual a ênfase era dada apenas à sucessão dos chefes de Estado, como algo previamente determinado. Não levavam em consideração as disputas simbólicas subjacentes, as quais fundamentariam os diversos grupos participantes nas lutas travadas pelo poder. Tal perspectiva tem propiciado novas temáticas ao historiador tais como o estudo dos meios de comunicação e o estudo da participação popular nas eleições, abrindo um vasto campo de possibilidades de se estudar as sociedades passadas e contemporâneas, sob o ponto de vista do poder, das suas disputas e de suas representações.

O Sindicalismo docente e as novas abordagens do político

Dentro dessa conjuntura de renovação dos aportes teóricos e metodológicos, destacamos as pesquisas acerca do sindicalismo docente. Mais do que pensar as conjunturas política por si só, o historiador do político tem se dedicado a confrontar trajetórias individuais e/ou coletivas com a organização do Estado e com outros grupos sociais. No tocante às análises específicas acerca dos professores, os historiadores tem buscado constituir as relações entre as suas entidades coletivas e o Estado, assim como internamente, ou seja, como tem se manifestado a relação entre representante e representando. Os resultados mostram-se diversos a partir dessas perspectivas, mas em seu conjunto destacam a atuação do professorado como sujeito histórico que se fortalece

ou se enfraquece em contextos eivados de particularismos quanto a sua organização, sua inserção na sociedade e sua relação com o Estado.

Nos últimos anos a produção acadêmica a respeito da atuação sindical dos professores tem apresentado características distintas, variando os resultados conforme o período em que eram produzidas as interpretações, assim como o referencial teórico utilizado. Historiadores, sociólogos e pedagogos vem aprofundando o diálogo, repercutindo em pesquisas que enfocam as representações sociais acerca do magistério, produzidas pelo próprio magistério ou pela sociedade, a postura política adotada nas diferentes conjunturas políticas que marcaram a história recente do país, o embate ideológico entre associações e sindicatos, além da análise das permanências e mudanças que marcaram sua trajetória, suas lutas e sua organização.

No caso particular da Apeoesp, sindicato dos professores do Estado de São Paulo, pudemos acompanhar diferentes abordagens que, em seu conjunto contribuíram ao mesmo tempo para elucidar lacunas em estudos anteriores e sugerir novas temáticas para o seu estudo, resultado e resultante da renovação teórica e metodológica pelo qual tem passado as Ciências humanas e, em particular, a História.

Nos anos 80, os estudos acerca do sindicalismo docente foram influenciados pela conjuntura da retomada da democracia e pela ascensão do movimento sindical no cenário político. Muitos foram os trabalhos que procuraram abordar as lutas travadas nas greves desencadeadas na virada dos anos 70 para os anos 80 (CARVALHO: 1981; RIBIERO: 1983; FASSONI: 1991). No caso paulista, a vitória eleitoral do MDB rompendo com os governos biônicos, animou os opositores ao regime militar a continuar o processo de abertura política. Isto fez com que novas experiências na relação professores-Estado fossem construídas, reformulando práticas que antes se davam a partir da repressão e da perseguição. Assim, os trabalhos que enfocaram essa conjuntura trouxeram à luz eventos que repercutiram na vida política do Estado e do país em momento de grande agitação política. Perceber como agiram alguns dos personagens durante esse processo histórico, tais como os professores, possibilita uma nova leitura dos embates vivenciados nesse período.

Utilizando o marxismo, os autores discutiram as greves, os enfrentamentos contra o Estado ditatorial, o papel das vanguardas, as diversas formas de mobilização erigidas nas manifestações, a partir da análise de relatos de quem havia participado ou

liderado as entidades representativas do professorado. O uso da história oral tem sido um dos elementos da renovação não só da história política mas também de outras abordagens que investigam temáticas referentes ao passado recente do país.

Um segundo grupo de trabalhos acerca do sindicalismo docente produzido entre o final da década de 80 e o início da década de 90, além de analisar as greves dos anos 70 e 80 e o papel das lideranças, buscou explorar de onde vinha a formação política desses professores que estiveram a frente na (re)organização do movimento docente, assim como as divisões entre as várias tendências que começavam a surgir e a demarcar seus espaços na entidade representativa do professorado. Ainda sobre os pilares teóricos do marxismo, foram acrescentadas análises acerca do papel do professor como agente de transformação social ou intelectual orgânico das classes populares na sociedade capitalista e, mais especificamente, na sociedade brasileira na transição para democracia (SANT'ANA: 1993; PERALVA: 1992; KRUPPA: 1994; LEOBONS: 1997; FERREIRA: 1998).

Observar as disputas internas que ocorria na associação docente fazia-se necessário frente ao processo que consolidou as tendências políticas no seio de sua organização a partir dos anos 90. Embora o movimento docente eclodido no final dos anos 70 tenha se erguido sobre uma relativa unidade para enfrentar, ao mesmo tempo, dois adversários, o estado autoritário e as formas associativas anteriores, com a conclusão do processo democrático as divergências político-partidárias foram sendo reveladas, possibilitando novas indagações aos militantes e aos pesquisadores.

A partir do final dos anos 90, um conjunto de obras acadêmicas, em meio às mudanças políticas vivenciadas, trouxe novos olhares à trajetória dessas entidades do magistério (VIANNA: 1999; DOBBECK: 2000; VICENTINI: 2002; VALE: 2002). Após um período de crescente visibilidade por meio de seguidas greves, as entidades sindicais do setor privado e do setor público iriam sentir os impactos de novas medidas econômicas para “adequar” o país aos novos padrões de desenvolvimento. Assim, muitas pesquisas procuraram investigar os elementos da crise que começava a se abater sobre os sindicatos. A participação decisiva no processo que levou à abertura política e a conquista do reconhecimento legal de sua existência não impediram que sua organização coletiva refluísse em suas ações.

No intuito de entender a crise dos anos 90, alguns trabalhos alargaram seu panorama acerca da trajetória das entidades docentes. No que se refere à Apeoesp, as análises centraram seu foco no caminho seguido desde sua origem a fim de tentar perceber o que havia mudado em sua organização e onde estariam os elementos que contribuiriam para reverter ou amenizar os dilemas vivenciados pelo sindicato no final do século XX. As interpretações antes voltadas para as rupturas políticas ocorridas no final da década de 70 começavam a dar lugar às permanências e experiências constituídas por professores em outras épocas.

Conceitos como experiência, identidade, representação social, campo e habitus passaram a ser utilizados com maior frequência nesses trabalhos acadêmicos desde então, refletindo o diálogo interdisciplinar e as inovações teóricas e metodológicas que marcaram inclusive a retomada da história política. Novas perspectivas foram abertas para a investigação de temas antes desprezados e novas leituras puderam ser realizadas de objetos já consagrados pela historiografia.

O sindicalismo docente vem se afirmando como um objeto para historiadores que buscam conhecer as especificidades de uma categoria social sob o viés de suas vivências coletivas, suas lutas, suas representações e sua inserção na sociedade, assim como procuram entender as diversas formas de manifestação da política, ultrapassando certas concepções que privilegiavam a política como espaço exclusivo de atuação do e pelo Estado ou das relações por ele emanadas.

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. **Ideologia, conflitos e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. Campinas, Papirus, 1998.

CARVALHO, Maria Jurema Venceslau de. **O professor estadual – um valor ameaçado: as condições de ensino e a associação da categoria profissional do professor paulista**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa, Difel, 1988.

DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. **O Professor e a Categoria Profissional: A Construção da Consciência Política**. São Paulo, 2000. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

FASSONI, Laurita Fernandes. **A Apeoesp – Oponente ou Proponente? Um estudo sobre a contribuição do sindicato dos professores na construção de uma escola pública de**

qualidade para a classe trabalhadora. São Paulo, 1991. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FERREIRA JR, Amarílio. **Sindicalismo e Proletarização: A Saga dos Professores Brasileiros.** São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

JULLIARD, Jacques. A Política. In.: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

KRUPPA, Sônia Maria Portela. **O movimento de professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público – o Estado como padrão.** São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo.

LEOBONS, Luiz Augusto Gerardin Poirot. **Delegando a um igual: Apeoesp – professores públicos no novo sindicalismo (1976-1981).** Niterói, 1997. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

PERALVA, Angelina Teixeira. **Reinventando a Escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática.** São Paulo, 1992. Tese (Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

REMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro, EdUFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **A Formação Política do Professor no Exercício Profissional Durante os anos 70: Organização e Liderança.** São Paulo, 1983 (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANT’ANA, Ruth Bernardes de. **Professores de 1.º e 2.º Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva.** São Paulo, 1993. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

VALE, Ana Maria do. **Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente.** São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, Cláudia. **Os Nós do “Nós”: Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo.** São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. **Imagens e Representações de Professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963).** São Paulo, 2002. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.